



Norte de Portugal – Castilla y León
COMUNIDADE DE TRABALHO COMUNIDAD DE TRABAJO

REUNIÃO DOS NOVOS COMITÉS SETORIAIS

10 DE DEZEMBRO DE 2025

CONCLUSÕES

CCDR
NORTE



COFINANCIAMENTO

Interreg



Cofinanciado pela
União Europeia

Espanha – Portugal



ÍNDICE

Enquadramento	3
Governança Territorial	5
Competitividade, Inovação e Transição Digital	8
Património, Cultura e Turismo	12
Ordenamento do Território, Ambiente e Conetividades	15
Demografia, Saúde, Educação e Qualificação	19
Desenvolvimento Rural, Agricultura e Agroalimentar	21



ENQUADRAMENTO

A Comunidade de Trabalho Norte de Portugal – Castilla y León (CT NORCYL) entrou, em 2025, numa nova fase de consolidação política e fortalecimento da cooperação transfronteiriça.

A V Sessão Plenária, realizada em julho, no Palácio da Bolsa, no Porto, e a subsequente “Declaração do Porto” marcaram um compromisso inequívoco entre a CCDR NORTE e a Junta de Castilla y León: reforçar a governação multinível, aprofundar a coordenação institucional e colocar os territórios de fronteira no centro das políticas públicas de desenvolvimento.

Este impulso político traduziu-se na reformulação integral da arquitetura técnica da CT NORCYL, com a criação de seis **Comitês Setoriais** concebidos para assegurar maior continuidade, capacidade de execução e articulação entre entidades regionais, intermunicipais, locais e nacionais dos dois lados da fronteira. Estes Comitês constituem, hoje, o principal instrumento técnico e estratégico para a definição de prioridades conjuntas, a concertação de posições perante as instituições europeias e a preparação da próxima geração de instrumentos de financiamento transfronteiriço.

Os seis Comitês Setoriais agora em funcionamento são:

1. **Governança Territorial**
2. **Competitividade, Inovação e Transição Digital**
3. **Património, Cultura e Turismo**
4. **Ordenamento do Território, Ambiente e Conetividades**
5. **Demografia, Saúde, Educação e Qualificação**
6. **Desenvolvimento Rural, Agricultura e Agroalimentar**

As primeiras reuniões formais desta nova estrutura, realizadas em dezembro de 2025, no Instituto Politécnico de Bragança, constituíram um marco determinante para a operacionalização desta próxima etapa da CT NORCYL.

Nesta ronda de encontros, os representantes das diferentes instituições aprofundaram a análise dos desafios estruturais da Eurorregião, mapearam prioridades e identificaram ações estratégicas que orientarão a cooperação nos próximos anos – desde a mobilidade e as conetividades ao reforço dos serviços



públicos de proximidade, à inovação empresarial, à valorização do património cultural e à resiliência dos territórios rurais.

Este processo evidencia uma visão política partilhada: a de uma Euroregião que deve afirmar-se como território de inovação, competitividade e coesão, respondendo de forma coordenada aos desafios demográficos, ambientais, económicos e sociais que caracterizam as regiões de fronteira.

A atuação dos Comitês Setoriais permitirá consolidar posições conjuntas no âmbito da Política de Coesão, reforçar o papel das regiões nos processos de decisão europeus e contribuir para uma abordagem mais equilibrada e territorializada na preparação do próximo ciclo de programação 2028-2034.

As conclusões agora apresentadas são o primeiro passo para uma cooperação que se quer mais profunda: uma cooperação mais técnica, mais estruturada e orientada para resultados, capaz de gerar impacto concreto no território e nas comunidades que dele dependem.

Com esta nova arquitetura, a CT NORCYL reafirma o seu papel como plataforma estratégica no noroeste peninsular e como exemplo de compromisso político sustentado entre duas regiões que partilham história, desafios e um futuro comum.



COMITÉ SETORIAL “GOVERNANÇA TERRITORIAL”

Este Comité reuniu-se com o objetivo de aprofundar o debate sobre o reforço institucional da cooperação transfronteiriça e a consolidação de um modelo de governação capaz de responder aos desafios territoriais comuns do Norte de Portugal e de Castilla y León.

Da sessão resultaram as seguintes conclusões:

Equilíbrio político-administrativo e modelo de governação

Os seus membros reconheceram a **persistência de fortes assimetrias de representação institucional** entre as duas regiões, as quais limitam a capacidade de decisão e a eficácia operacional das entidades que compõem os vários Comités Setoriais da CT NORCYL, mormente as do setor público.

- Assinalou-se a necessidade de **maior paridade político-administrativa** entre as autoridades regionais e sub-regionais de ambos os lados da fronteira, reforçando a sua capacidade de representação.

O debate evidenciou preocupações sobre a **fragilização do modelo de governação multinível**, sobretudo face a recentes reformas administrativas – onde se destaca a **nova orgânica das CCDR**, que reforça as suas responsabilidades e competências regionais num leque alargado de políticas públicas.

- A CT NORCYL deve posicionar-se como uma **plataforma de articulação multinível**, capaz de integrar governos regionais, administrações locais, entidades intermunicipais, organismos desconcentrados e AECT na adoção de posições conjuntas.

Foi consensual a importância de se evoluir para um **modelo de governação mais estável, regular e profissionalizado**, que melhore a coordenação institucional, a continuidade técnica e a capacidade de execução dos Comités Setoriais.

Papel das regiões no Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2028–2034 e na Política de Coesão da UE

O Comité qualificou a não inclusão de capítulos regionais no QFP 2028-2034 como um “passo atrás”. Assim, deve repensar-se a forma como as regiões participam no debate sobre a definição das políticas europeias, incluindo os seus mecanismos de financiamento. É necessária uma reflexão estratégica sobre o papel das regiões no QFP 2028-2034, incluindo ideias de debate estruturado para assegurar que a participação regional seja efetiva.



O Comité reafirma o seu compromisso com a deliberação comum NORCYL consagrada na **“Declaração do Porto”, de 15 de julho de 2025**, que defende:

- Capítulos regionais obrigatórios nos **Planos de Parceria**;
- Manutenção e consolidação das **autoridades de gestão regionais**;
- Participação direta das regiões nos **Comités de Monitorização**;
- Reconhecimento da **equidade territorial**, sobretudo para as sub-regiões de baixa densidade e de fronteira.

Considerou-se, ainda, essencial que a CT NORCYL contribua para **influenciar os debates nacionais e europeu** através dos seguintes mecanismos:

- Articulação permanente com a CRPM – Comissão Arco Atlântico no âmbito do projeto de criação da **Macrorregião Atlântica**;
- Definição de **posições conjuntas NORCYL-Galiza** sobre coesão, fronteiras e demografia;
- Reforço da **diplomacia territorial** junto dos governos nacionais português e espanhol e das instituições europeias.

Tópicos operacionais prioritários

O Comité entendeu ser prioritária a implementação do **projeto “NORCYL 2027” (cofinanciado pelo POCTEP)**, destacando:

- A transição do **“112 Transfronteiriço” para o domínio das emergências médicas** como melhoria concreta dos serviços de proximidade;
- A necessidade de se desenvolver o **estudo sobre um sistema transfronteiriço de transporte a pedido**, visando a mitigação das dificuldades de mobilidade nas zonas de baixa densidade.

O Comité também identificou como fundamental a elaboração do **futuro “Plano Estratégico de Cooperação NORCYL 2028–2034”**, devendo este:

- Consolidar **prioridades territoriais** (ex.: demografia, serviços de proximidade, mobilidade e economia verde);
- Articular-se com o próximo **POCTEP 2028-2034**, com a Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço e com o projeto da Macrorregião Atlântica;
- Incluir um **roteiro específico sobre a governação da CT NORCYL**, desenvolvendo o já incluído no “Plano Estratégico de Cooperação 2021-2027” em vigor.



Recomendações sobre a orgânica da CT NORCYL

Sugeriu-se a revisão da **composição dos Comitês Setoriais**, acompanhando as alterações institucionais ocorridas desde a Sessão Plenário de julho de 2025 e assegurando que todos os setores relevantes estão devidamente representados.

Compromisso com continuidade e maturação da cooperação

O Comité destacou que esta reunião representou o início de uma **nova prática de trabalho estruturado e regular**, essencial para a maturidade do projeto NORCYL.

Os seus membros manifestaram interesse e disponibilidade para contribuir para a **continuidade e periodicidade** dos trabalhos deste Comité, tendo reforçado, ainda, a importância da articulação horizontal entre os vários Comitês Setoriais.



COMITÉ SETORIAL “COMPETITIVIDADE, INOVAÇÃO E TRANSIÇÃO DIGITAL”

A reunião deste Comité constituiu um primeiro momento de debate estruturado sobre os principais desafios e oportunidades da cooperação transfronteiriça NORCYL. A discussão centrou-se em quatro eixos estratégicos – Inovação e Especialização Inteligente, Competitividade Territorial, Capital Humano e Coesão Territorial –, dos quais resultaram as conclusões a seguir sintetizadas.

Inovação e especialização inteligente

A Eurorregião NORCYL possui um **ecossistema de inovação denso e diversificado**, embora marcado por **assimetrias territoriais**. Persistem, também, fragilidades relevantes, refletidas na classificação de ambas as regiões como “inovadoras moderadas” no *Regional Innovation Scoreboard* da Comissão Europeia. Entre as debilidades identificadas destacam-se o **baixo desempenho em patentes**, a **reduzida colaboração entre empresas** e a **limitada intensidade da inovação**.

A cooperação transfronteiriça foi reconhecida como um instrumento eficaz para reforçar a política de inovação, ampliando o acesso a recursos e competências complementares e gerando maior massa crítica, além de permitir uma melhor exploração das sinergias de financiamento.

A recente apresentação pública da “**Estratégia de Especialização Inteligente Transfronteiriça Norte de Portugal – Castilla y León**” (RIS3T NORCYL), em outubro de 2025, constituiu um marco estratégico ao proporcionar um referencial comum de orientação para as políticas de inovação das duas regiões.

A RIS3T NORCYL define seis áreas prioritárias de cooperação: sistemas agroalimentares e bioeconomia; energias renováveis; fabricação avançada; saúde; tecnologias digitais; e turismo e património.

Foi salientada a necessidade de traduzir estas prioridades em projetos estruturantes com impacto efetivo na Eurorregião. Entre os domínios já apontados destacam-se o **setor aeroespacial**, o **agroalimentar**, as **energias renováveis** e a **saúde**.

Os participantes reforçaram a importância de mobilizar instrumentos regionais, nacionais e europeus para apoiar iniciativas transfronteiriças de **investigação**,



transferência de conhecimento e inovação empresarial. Foi sublinhada a necessidade de uma **maior orientação do POCTEP para as PME** e de um melhor aproveitamento das oportunidades de financiamento conjunto proporcionadas pelo **programa Horizonte Europa.**

Reconheceu-se, ainda, a relevância de um modelo de **governança partilhada**, assente em coordenação contínua, monitorização conjunta e participação equilibrada dos atores regionais. Neste âmbito, destacou-se o contributo dos futuros Grupos de Trabalho RIS3T NORCYL para dinamizar a inovação transfronteiriça.

Competitividade territorial

O PIB per capita de ambas as regiões permanece abaixo da média da UE (87% em Castilla y León e 69% no Norte), refletindo uma estrutura económica ainda assente em **serviços e indústrias de baixo valor acrescentado e reduzida produtividade.**

Foi sublinhado que a competitividade da Euroregião depende da sua capacidade de funcionar como um **espaço económico integrado**, com circulação eficiente de bens e serviços e maior articulação entre empresas e cadeias de valor transfronteiriças.

Para reforçar essa integração, consideram-se essenciais investimentos estratégicos em **transportes**, como a autoestrada A11 do lado espanhol e a linha ferroviária de alta velocidade entre as duas regiões, bem como em **logística e conectividade digital**, contribuindo para reduzir custos de contexto e melhorar a acessibilidade.

Os participantes destacaram, igualmente, a necessidade de **simplificar enquadramentos regulatórios** e **harmonizar procedimentos administrativos** que condicionam a atividade económica transfronteiriça, incluindo o potencial da **inteligência artificial** para apoiar a automação de processos.

Foi identificada a oportunidade de desenvolver uma **estratégia conjunta de promoção externa**, assente no posicionamento geográfico, na complementaridade económica e na capacidade de atração de investimento produtivo existente na Euroregião.



Capital humano

As regiões do Norte e de Castilla y León enfrentam desafios demográficos profundos, caracterizados pelo **declínio populacional** e **envelhecimento acelerado**, apesar do ligeiro crescimento populacional recente.

Com efeito, tanto a OCDE como a Comissão Europeia têm alertado para o risco de ambas as regiões entrarem numa “armadilha de desenvolvimento de talento”, devido à **redução da população ativa** e à **emigração jovem**.

Do debate emergiu a importância de aprofundar a **integração do mercado de trabalho transfronteiriço**, promovendo o reconhecimento mútuo de qualificações, a mobilidade laboral e uma cooperação institucional mais estreita, incluindo serviços conjuntos de acesso ao emprego.

As **instituições de ensino superior** assumem um papel central nesta vertente pela capacidade de promover formação conjunta, investigação colaborativa e mobilidade académica ajustadas às necessidades regionais e às transições digital, verde e industrial.

Foi, ainda, sublinhada a importância de **políticas públicas que reforcem a atratividade da Euroregião para profissionais qualificados**, incluindo habitação acessível, saúde, educação e transportes.

Coesão territorial

As sub-regiões fronteiriças enfrentam declínio demográfico, envelhecimento, fragilidade empresarial e redução de serviços públicos, resultando em mercados internos limitados e em menor dinamismo económico.

Foi reconhecida a necessidade de assegurar que os benefícios do desenvolvimento económico chegam, também, aos **territórios rurais, periféricos e de baixa densidade**, promovendo uma distribuição equilibrada de oportunidades e recursos.

Defendeu-se o uso de instrumentos adaptados às especificidades destes territórios, capazes de promover competitividade, inovação e inclusão económica, incluindo o **apoio ao empreendedorismo rural**, a **modernização das PME**, a **digitalização** e a provisão de **serviços públicos essenciais**.

A promoção de **clusters económicos baseados em recursos endógenos** – nos setores agroalimentar, das energias renováveis, do turismo sustentável e da



bioeconomia – foi identificada como uma oportunidade para criar emprego, fixar população e reforçar a coesão territorial.

Conclusão

Os membros do Comité expressaram um forte compromisso em aprofundar uma agenda conjunta, orientada para resultados e capaz de reforçar a inovação, a competitividade e a coesão da Euroregião NORCYL. Esta reunião constituiu um primeiro passo para consolidar uma visão partilhada e preparar iniciativas concretas que traduzam o potencial da cooperação transfronteiriça em benefícios tangíveis para ambos os territórios.



COMITÉ SETORIAL “PATRIMÓNIO, CULTURA E TURISMO”

O Comité reuniu-se para analisar o papel do património, da cultura e do turismo como **áreas estruturantes da cooperação transfronteiriça da CT NORCYL**, tendo em conta a riqueza dos recursos existentes e o potencial dos agentes públicos e privados. A discussão centrou-se na definição de prioridades estratégicas e na identificação de mecanismos para reforçar a integração e a eficácia das ações.

Trata-se de territórios raianos que partilham um **património cultural, histórico e paisagístico de elevado valor**, marcado por identidades comuns, rotas históricas, tradições imateriais e recursos turísticos complementares. Este capital territorial constitui uma base sólida para a afirmação conjunta do território enquanto destino integrado e competitivo.

Não obstante, subsistem desafios relevantes, designadamente a **fragmentação da oferta**, a **reduzida projeção internacional sob uma marca comum**, a **sazonalidade da procura turística** e as dinâmicas de **despovoamento** que afetam, de forma particular, os territórios do interior, exigindo uma resposta coordenada, inovadora e orientada para a valorização sustentável dos recursos endógenos.

Apresentam-se, agora, as principais conclusões da reunião deste Comité:

Reconhecimento do setor como eixo prioritário

O património, a cultura e o turismo foram considerados **vetores estratégicos para o desenvolvimento socioeconómico da Euroregião NORCYL**, devendo integrar a agenda comum da cooperação transfronteiriça.

Alargamento da participação

É necessário **envolver novos agentes públicos e privados** para garantir uma abordagem abrangente e colaborativa na definição e execução da estratégia.

Alinhamento com documentos estratégicos

As ações devem basear-se em instrumentos existentes, tais como:



- **POCTEP** (Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha – Portugal) **2021-2027**;
- **Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço (ECDT)**;
- **Plano Estratégico Norte de Portugal – Castilla y León 2021-2027**;
- **Plano da Raia**;
- Documentos regionais, incluindo o **Plano Regional de Cultura do Norte de Portugal** e a **Estratégia de Especialização Inteligente Transfronteiriça (RIS3T NORCYL) 2021-2027**.

Criação do Corredor Cultural NORCYL

Propôs-se a implementação de um **Corredor Cultural Transfronteiriço**, articulado com o respetivo projeto POCTEP em fase de candidatura, liderado pela Fundação Rei Afonso Henriques e envolvendo entidades como:

- Fundação Santa María la Real;
- Município de Braga;
- Turismo do Porto e Norte de Portugal;
- CIM Terras de Trás-os-Montes;
- CCDR NORTE, I.P.;
- Fundação Las Médulas;
- Rota do Românico;
- Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar;
- Ayuntamiento de Zamora;
- Fundação Côa Parque;
- Fundação Siega Verde.

Mapeamento, articulação de projetos e procura de sinergias

O Comité sublinhou a necessidade de **identificar todos os projetos transfronteiriços em curso ou previstos**, promovendo sinergias e máxima eficácia no atual período de programação do POCTEP. Destacou, ainda, a importância de **procurar complementaridade e articulação com outros projetos financiados por diferentes instrumentos e programas**, de modo a evitar sobreposições, potenciar recursos e reforçar o impacto global das intervenções no território.



Perspetiva futura da cooperação

É prioritário **antecipar o próximo período de programação 2028–2034**, formulando propostas para aproveitar o reforço financeiro previsto.

Turismo e agenda cultural

As conclusões apontam para:

- **Integração da variável turística** na lógica de geração de produto e envolvimento de agentes empresariais;
- Criação de uma **agenda cultural conjunta**, mobilizando monumentos, museus, programadores culturais e entidades públicas e privadas;
- Coordenação através de uma **Plataforma Operacional de Recursos**, apoiada pelo POCTEP e outras iniciativas.

Síntese final

O Comité reafirmou que o trabalho desenvolvido deve traduzir-se em **projetos concretos com impacto socioeconómico**, reforçando a cooperação transfronteiriça e a valorização do património cultural e turístico como vetor estratégico para o desenvolvimento da Eurorregião NORCYL.



COMITÉ SETORIAL “ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, AMBIENTE E CONETIVIDADES”

Constituição e âmbito do Comité

O Comité discutiu o respetivo enquadramento no âmbito do Convénio NORCYL atualizado em julho de 2025, os seus objetivos gerais e a necessidade de assegurar uma articulação adequada com outras estruturas e entidades relevantes dos lados português e espanhol.

Foram, igualmente, identificados vários temas associados a este Comité – designadamente a prevenção de incêndios rurais, a coordenação de emergências transfronteiriças decorrentes de riscos naturais e a gestão articulada do património natural em áreas protegidas – que, pela sua natureza transversal e pelo envolvimento de diferentes níveis administrativos, não puderam ser aprofundados na presente reunião. Estas matérias mantêm-se, contudo, prioritárias, prevendo-se o seu tratamento em sessões futuras, em articulação com as entidades competentes.

Conetividade rodoviária e ferroviária

Foi reconhecida a importância de se melhorar a **permeabilidade rodoviária e ferroviária entre os territórios de fronteira**. Porém, tendo em conta que os principais projetos infraestruturais de transporte envolvem níveis da administração ausentes da reunião, a discussão assumiu um carácter sobretudo exploratório e de clarificação de situação, não resultando na identificação de novos projetos concretos.

Ainda assim, foi trocada informação sobre alguns projetos sinalizados em anteriores ocasiões, como a ligação do IP2 entre Bragança e Puebla de Sanabria; a variante internacional de Rio de Onor/Rihonor; os estudos de uma nova linha ferroviária Porto-Bragança-Zamora; o troço entre Zamora e a fronteira da autoestrada A-11; uma eventual nova ponte internacional Masueco–Ventozelo; e iniciativas logísticas associadas ao Corredor Atlântico.

No domínio da **mobilidade elétrica**, foi recordado que um projeto anterior de instalação de pontos de carregamento em áreas protegidas não avançou, essencialmente devido à fraca expressão da procura no período considerado.



Conetividade digital e energética

O Comité considerou pertinente incluir nesta análise outras formas de conetividade, em particular a digital e a energética.

Foi referido o enquadramento do **Regulamento das Redes Transeuropeias de Energia (RTE-E)** e de projetos com potencial impacto no território NORCYL, em especial o **projeto CelZa**, gasoduto dedicado ao transporte de hidrogénio verde entre Celorico da Beira e Zamora.

Foram, igualmente, mencionados os seguintes aspetos:

- A **estratégia H2CyL** para o hidrogénio verde em Castilla y León;
- As iniciativas relacionadas com as **Comunidades de Energia Renovável (CER)**;
- O **Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia**.

Atendendo à elevada relevância do património natural e cultural, incluindo sítios da Rede Natura 2000 e outras áreas protegidas, foi sublinhada a necessidade de uma **avaliação de impactes ambientais** articulada desde fases precoces, de forma a compatibilizar projetos infraestruturais com a conservação de valores naturais e paisagísticos.

Prevenção de incêndios rurais e gestão do território

Foi assinalado que o tema da **prevenção de incêndios rurais** poderá merecer maior atenção em fases posteriores, em articulação com as entidades competentes.

A este respeito, salientaram-se algumas linhas de trabalho potenciais:

- A promoção de um conhecimento mais partilhado sobre os territórios de fronteira;
- O incentivo a práticas de gestão ativa que contribuam para reduzir a carga de combustível;
- A valorização dos serviços de ecossistema prestados pelos territórios rurais, favorecendo soluções que possam, também, aumentar o rendimento dos proprietários.



Neste contexto, foi ainda salientada a importância de enquadrar estas linhas de trabalho numa **abordagem integrada do ordenamento e gestão do território à escala da paisagem**, especialmente em áreas de elevada fragmentação fundiária. Considerou-se relevante promover modelos de **gestão agrupada** que permitam ganhar escala operacional e assegurar continuidade técnica, bem como reconhecer o papel do **associativismo florestal** e das **organizações de produtores** enquanto estruturas facilitadoras da implementação de práticas de gestão ativa, da redução estrutural do risco e da valorização económica dos serviços de ecossistema.

Abrangência do Comité e participação

Atendendo à amplitude temática deste Comité, foi considerada pertinente, em momento posterior, uma reflexão sobre a sua abrangência.

Em concreto, foi sugerido que o tema das **Conetividades**, por si só, poderia justificar um fórum mais focado, com participação alargada à CIM Terras de Trás-os-Montes e à CIM Douro (do lado português), bem como às autoridades das Províncias de fronteira de Castilla y León.

Esta possibilidade foi registada como hipótese de evolução futura do modelo de trabalho, a ponderar à luz da experiência e das necessidades que venham a ser identificadas, sem carácter decisório nesta fase.

Enquadramento financeiro

Foi reconhecido que as iniciativas de reforço da conetividade transfronteiriça tendem a exigir investimento intensivo e preparação complexa.

Sem antecipar decisões concretas, foi expressa a ideia de que, no próximo Quadro Financeiro Plurianual da UE, poderá ser útil equacionar o **reforço da dotação do POCTEP** ou de instrumentos de natureza semelhante, bem como uma melhor articulação com os instrumentos nacionais e regionais de política regional e setorial.

Tal perspetiva seria especialmente relevante para facilitar o apoio a projetos de conetividade que demonstrem interesse claro para o desenvolvimento equilibrado dos territórios de fronteira.



Próximos passos

Com base nesta síntese, poderão ser desenvolvidos trabalhos técnicos complementares e preparada a agenda de reuniões futuras do Comité, onde se aprofundarão:

- O diagnóstico das principais ligações e necessidades;
- A identificação de possíveis medidas de baixo custo e rápida implementação;
- E a construção gradual de uma perspetiva de médio prazo para as prioridades do Comité.



COMITÉ SETORIAL “DEMOGRAFIA, SAÚDE, EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO”

Desafio demográfico

A Raia enfrenta o desafio do declínio demográfico, situação que poderá ser atenuada através da adoção de **políticas ativas de repovoamento**, capazes de impulsionar a revitalização do tecido laboral e favorecer o regresso de trabalhadores às sub-regiões fronteiriças.

Trata-se de uma questão transversal que afeta não apenas a estrutura populacional, mas também outros domínios essenciais como a saúde, a educação e o emprego. Neste contexto, revela-se imprescindível a implementação de medidas conjuntas que permitam a **utilização partilhada de serviços públicos locais** e garantam uma resposta coordenada e sustentável, capaz de reduzir desigualdades e reforçar a coesão social neste território.

Serviços sociais

Neste âmbito, considerou-se prioritário o reforço dos **cuidados domiciliários a pessoas dependentes** nas zonas rurais fronteiriças, bem como o desenvolvimento de modelos de **cuidados de base comunitária orientados para a desinstitucionalização**. Desta forma, promove-se uma resposta mais próxima, personalizada e adaptada ao território, garantindo o bem-estar e a inclusão social em contextos rurais.

Educação

Considerou-se imprescindível o fomento do **bilinguismo** em ambos os lados da Raia, bem como a promoção do **intercâmbio de estudantes**, contribuindo para o reforço do sentimento de integração e de coesão territorial.

Além disso, destacou-se a importância da formação em **competências digitais e tecnológicas** para todos os cidadãos (especialmente para as pessoas mais idosas na zona transfronteiriça), com o objetivo de reduzir a desigualdade digital.



Mercado de trabalho

Sublinhou-se a necessidade de reforçar a oferta da **rede europeia EURES** enquanto serviço de emprego transfronteiriço entre o Norte de Portugal e Castilla y León, bem como de promover **estágios em empresas** localizadas em ambos os lados da Raia.

Saúde

Como aspetos particularmente relevantes, salientaram-se a implementação de um sistema de **assistência em situações de urgência e emergência na zona fronteiriça**, bem como o estabelecimento de um **acordo de cooperação na área da saúde, nomeadamente nos cuidados primários**, entre as autoridades de Castilla y León e de Portugal. Paralelamente, importa não descurar outras dimensões, como a **vigilância epidemiológica conjunta** e a definição de **estratégias comuns de promoção da saúde**.

Abordagem operacional

Todas estas iniciativas não devem assumir um carácter genérico, devendo antes assentar em **pequenos âmbitos de intervenção**, baseados em **exemplos de boas práticas** já comprovados, que permitam a concretização de passos graduais, mas efetivos e sustentáveis.

Conclusão transversal

Em suma, considerou-se fundamental o conhecimento claro das competências de cada instituição ou administração envolvida, de modo a possibilitar a definição mais consistente e fundamentada de futuros projetos.

Por último, importa salientar que o grupo avaliou de forma muito positiva o trabalho realizado neste encontro, que permitiu criar laços pessoais e estabelecer uma rede de contactos essencial para o impulso de projetos de uma forma sólida e eficaz.



COMITÉ SETORIAL “DESENVOLVIMENTO RURAL, AGRICULTURA E AGROALIMENTAR”

Este Comité analisou os principais desafios e oportunidades de cooperação nos domínios do desenvolvimento rural, da agricultura e do agroalimentar na Eurorregião, destacando um conjunto de fatores estruturais que condicionam a competitividade e a resiliência do território.

Talento, conhecimento e especialização

Foi evidenciada a importância da **atração e retenção de talento**, sublinhando-se o papel dos programas Marie Skłodowska-Curie, especialmente o esquema COFUND, como oportunidade de cofinanciamento europeu para **consolidar equipas científicas e reforçar a capacidade de investigação do setor agroalimentar**. Considerou-se essencial projetar o território como um espaço atrativo para investigadores, técnicos qualificados e jovens talentos.

Competitividade, valor acrescentado e gestão do território

A discussão destacou desafios comuns relacionados com **prevenção de incêndios rurais, gestão da água e modelos produtivos dependentes de recursos hídricos escassos**.

A **concentração parcelária** foi apontada como um instrumento estruturante para ganhos de competitividade e sustentabilidade, reconhecendo-se a necessidade de reforçar a intervenção técnica e o diálogo com os proprietários. A experiência de Castilla y León mostrou resultados significativos em eficiência e ordenamento, apoiados por tecnologias de informação geográfica e pela digitalização administrativa.

Desafio demográfico e valorização dos recursos endógenos

O **despovoamento do espaço rural** foi considerado um desafio transversal que condiciona o desenvolvimento dos sistemas agroalimentares.

Foram, ainda, identificadas diversas **áreas prioritárias de cooperação**, como as alterações climáticas, a biodiversidade, a bioeconomia, as doenças emergentes e a valorização de recursos genéticos adaptados às condições locais.

Defendeu-se uma **visão integrada do ordenamento do território** que valorize o espaço transfronteiriço sem depender rigidamente de fronteiras administrativas.



Qualificação e mobilidade

O sistema de **formação agrária** de Castilla y León foi apresentado como referência estruturada, com ampla oferta de formação formal e não formal. Identificaram-se oportunidades de colaboração com o Norte de Portugal, nomeadamente nos domínios da **mobilidade académica** (com o apoio do programa Erasmus+), das **microcredenciais** e da **formação de curta duração** orientada para as necessidades atuais do setor.

Considerou-se, também, prioritário **reforçar a mobilidade de estudantes, docentes e outros profissionais**.

Resiliência agroalimentar, inovação e comercialização

Foi reconhecida a necessidade de promover **produtos de maior valor acrescentado, cadeias curtas de comercialização** e **regulamentação coerente** em matéria de venda de proximidade.

Paralelamente, a **diversificação produtiva** e a **redução da dependência de monoculturas** – nomeadamente da vinha em alguns territórios – foram apontadas como caminhos estratégicos face às alterações climáticas.

Papel dos GAL e desenvolvimento rural

A abordagem LEADER e o papel dos **Grupos de Ação Local (GAL)** foram identificados como instrumentos-chave para revitalizar o território rural. O Comité sublinhou a oportunidade de reforçar a cooperação GAL-GAL entre o Norte de Portugal e Castilla y León, mobilizando financiamento europeu e promovendo abordagens territoriais integradas.

Comunicação, atratividade e desafios globais

Foi identificado um desafio transversal de **comunicação e atratividade do setor primário**, essencial para captar mão-de-obra qualificada, garantir o relevo geracional e melhorar a perceção pública sobre o papel estratégico da agricultura e do mundo rural.

Paralelamente, os impactos das **alterações climáticas**, das **tensões geopolíticas** e das **doenças emergentes** reforçam a urgência de respostas coordenadas e estruturadas.



Estruturas de I+D+i e estabilidade da cooperação

Constatou-se a importância da **criação de estruturas estáveis de I+D+i de base transfronteiriça**, inspiradas em modelos como os CoLAB portugueses, capazes de gerar continuidade técnica e impacto estratégico.

Entre os domínios prioritários identificados, destacaram-se os recursos genéticos, a cadeia de valor agroalimentar, as alterações climáticas, as pragas e doenças, bem como a criação de um observatório inter-regional, com o setor do vinho como caso-piloto.

Conclusões

Em síntese, o Comité acordou em avançar com um conjunto de atuações concretas:

- Impulsionar **missões de intercâmbio** a vários níveis – administrações, empresas, explorações, organizações, estudantes e docentes – como experiências-piloto de aproximação entre os territórios.
- Fomentar **candidaturas conjuntas** aos programas Marie Skłodowska-Curie e Erasmus+, bem como promover **ações formativas não formais e microcredenciais** orientadas para as necessidades reais do setor.
- Criar um **grupo de trabalho específico sobre concentração parcelária**, incluindo visitas técnicas e intercâmbios estruturados entre ambas as regiões.
- Avançar para a criação de **estruturas estáveis de I+D+i**, capazes de assegurar continuidade, massa crítica e visão estratégica transfronteiriça.